



**EIXO TEMÁTICO:**

- |                                                           |                                                                      |                                                              |
|-----------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade      | <input checked="" type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania          |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade     | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade                 | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade |                                                                      |                                                              |

## **O Processo Histórico de Metropolização de Fortaleza**

*Fortaleza's Metropolization Historical Process*

*El Proceso Histórico de Metropolización de Fortaleza*

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira (1);

PAIVA, Ricardo Alexandre (2)

(1) Professora Doutora, Universidade Federal do Ceará, UFC – DAU, Mestre e Doutora pela FAUUSP, Fortaleza, CE, Brasil; e-mail: bhdiogenes@yahoo.com.br

(2) Professor Doutor, Universidade Federal do Ceará, UFC – DAU, Mestre e Doutor pela FAUUSP, Fortaleza, CE, Brasil; e-mail: paiva\_ricardo@yahoo.com.br

## O Processo Histórico de Metropolização de Fortaleza

*Fortaleza's Metropolization Historical Process*

*El Proceso Histórico de Metropolización de Fortaleza*

### RESUMO

O artigo trata do processo histórico de metropolização de Fortaleza, desde o início da década de 1970 até a atualidade, estabelecendo distinções entre os dois períodos com base nas relações entre as práticas sociais (econômicas, políticas e cultural-ideológicas) e as transformações na estrutura e expansão do território metropolitano. O resgate histórico desse fenômeno constitui lastro importante para o entendimento de seu processo de urbanização e das dinâmicas socioespaciais contemporâneas (resultantes da indústria, do terciário, do turismo e do setor imobiliário) que qualificam-na como uma “metrópole híbrida”. Sendo assim, o artigo pretende contribuir para a produção de conhecimento sobre as questões urbanas e regionais da quinta maior capital do Brasil, condição essencial para o planejamento e para a intervenção na escala metropolitana e urbana.

**PALAVRAS-CHAVE:** metropolização, urbanização, dinâmicas socioespaciais, Região Metropolitana de Fortaleza.

### ABSTRACT

*The article discusses the historical process of Fortaleza's metropolization, since the early 1970s to the present, showing distinctions between the two periods based on the relationships between social practices (economic, political and cultural-ideological) and the changes in structure and expansion of the metropolitan territory. The historical review of this phenomenon is an important foundation for understanding the process of urbanization and contemporary socio-spatial dynamics (resulting from industrial, tertiary, tourism and real estate) that qualify it as a "hybrid metropolis". Therefore, this paper aims to contribute to the production of knowledge on urban and regional issues of the fifth largest city in Brazil, an essential condition for planning and intervention in the metropolitan and urban scale.*

**KEY-WORDS:** metropolization, urbanization, socio-spatial dynamic, metropolitan region of Fortaleza-Ceará-Brazil.

### RESUMEN:

*El artículo trata sobre el proceso histórico de metropolización de Fortaleza, desde principios de 1970 hasta la actualidad, haciendo una distinción entre los dos períodos en base a las relaciones entre las prácticas sociales (económica, política y cultural-ideológica) y los cambios en estructura y la expansión del territorio metropolitano. La revisión histórica de este fenómeno es una base importante para la comprensión del proceso de urbanización y de la dinámica socio-espaciales contemporáneas (industrial, terciaria, el turismo e inmobiliario) que califican la ciudad de Fortaleza como una metrópolis híbrida. Así, este trabajo tiene como objetivo contribuir a la producción de conocimiento sobre temas urbanos y regionales de la quinta ciudad más grande de Brasil, una condición esencial para la planificación y la intervención en la escala metropolitana y urbana.*

**PALABRAS-CLAVE:** metropolización, urbanización, dinámicas socio-espaciales, Región Metropolitana de Fortaleza-Ceará-Brasil.

## 1. NOTAS SOBRE METRÓPOLE E METROPOLIZAÇÃO

A questão da metropolização é assunto que tem merecido especiais atenções de autores diversos, sejam cientistas sociais, arquitetos, geógrafos ou economistas, sobretudo em razão da crescente importância das metrópoles no mundo contemporâneo<sup>1</sup>. Esses espaços são vistos hoje como lugares centrais, onde se efetivam ações de mercados e outras operações globalmente integradas, além de conhecimento, serviços avançados e telecomunicações necessárias à implementação e ao gerenciamento das operações econômicas globais (SASSEN, 1998).

A metropolização<sup>2</sup> é um fenômeno universal, caracterizado pelo elevado grau de concentração populacional e de atividades econômicas, em áreas urbanas, além da intensificação de funções políticas e institucionais. Pode ser compreendida, em linhas gerais, como um processo de urbanização em escala regional que envolve a articulação de vários núcleos urbanos sob o comando de um deles<sup>3</sup>, estreitando seus vínculos socioespaciais através da intensificação dos deslocamentos dos habitantes entre um núcleo e outro e de dinâmicas de produção, distribuição e consumo em escala ampliada.

Uma das manifestações mais evidentes da metropolização é o processo simultâneo de centralização e descentralização das funções urbanas no território metropolitano. A centralização se expressa em dois níveis: no papel que a metrópole ou a região metropolitana como um todo desempenha em relação a sua área de influência, centralizando as atividades administrativas, de comércio e serviços e industriais, implicando na concentração da população; e no caráter de comando do núcleo central em relação ao demais na escala intrarregional.

A descentralização ocorre na escala metropolitana quando há um crescimento e distribuição de certas funções urbanas fora dos limites da cidade primaz, ao longo principalmente dos eixos de circulação, pelo qual se intensifica a mobilidade de pessoas e os fluxos de transportes e comunicações. E se manifesta especialmente no surgimento de áreas periféricas voltadas para a instalação de indústrias e habitação<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Para determinados autores (SOJA, 1994, CASTELLS, 1999), o conceito de metrópole associa-se, dentre outras, à ideia de cidade-região global e cidade global de Sassen (1991), que funcionam como nós espaciais (ou motores) essenciais da economia global e como atores políticos da cena mundial, centrais à vida moderna.

<sup>2</sup> Para Reis Filho, a metropolização constitui: "(...) a configuração de constelações de núcleos urbanos, tendo sempre por origem e centro um núcleo de maior importância, a partir da qual se desenvolve o processo e seu resultado é tal que, para o conjunto do sistema social, as várias aglomerações passam a atuar como um único núcleo urbano" (REIS FILHO, 1971, p. 5).

<sup>3</sup> A origem semântica de metrópole (metropolis (*meter* = mãe, ventre, pólis = cidade) deriva justamente desta sua capacidade de comando e centralidade, quer dizer, metrópole se confunde com o conceito de "cidades-mães". "Historicamente, desde os tempos pré-modernos são os interlocutores privilegiados de outras cidades que elas controlam, dominam e as integram aos seus movimentos e suas redes de trocas, as quais elas emitem serviços raros, ou mesmo estratégicos, contra prestações ou bens mais banais, conhecidos com menor valor" (DI MÉO, 2008, p. 2)

<sup>4</sup> Reis (1996) caracteriza as transformações na estrutura urbana decorrentes da metropolização no que se refere à concentração populacional e à intensificação da circulação de pessoas e objetos: "Para a aglomeração central, a evolução do processo implica na concentração desmedida e o congestionamento de seu núcleo original. Na periferia, a instalação em massa, dos bairros residenciais – geralmente operários – provoca um crescimento em extensão das áreas edificadas, em ondas concêntricas com acentuados alongamentos junto às vias de transporte. Mais adiante e

O processo de metropolização<sup>5</sup> não corresponde apenas ao crescimento da população representado por uma extensão em área, mas também ao acréscimo de densidade populacional, provocado tanto pela ocupação de áreas rurais ou pouco ocupadas, como pela verticalização de áreas urbanizadas. Nesses termos, a definição legal de uma região metropolitana tende a ser imprecisa em função da dificuldade de mensurar a intensidade dos fluxos metropolitanos, além do fato desta delimitação ocorrer em muitos casos por interesses políticos.

Para Reis (1996), a metropolização não é um dado, mas um processo, e deve ser entendida também como um processo social. Segundo o autor, a metropolização numa determinada região ocorre quando, entre duas ou mais aglomerações, contíguas ou separadas no espaço, desenvolvem, em escala significativa, tipos de relações que correspondem a um único núcleo urbano.

A metropolização, pois, é uma implicação da complexidade verificada na urbanização, e como tal, refere-se a um processo, que não representa simplesmente o crescimento da população ou da densidade demográfica em uma determinada cidade, mas a “(...)difusão no espaço das atividades, das funções e dos grupos, e sua interdependência segundo uma dinâmica social amplamente independente da ligação geográfica...”<sup>6</sup> (CASTELLS, 2009, p. 53), pois “a organização interna da metrópole implica uma interdependência hierarquizada das diferentes atividades” (CASTELLS, 2009, p. 54).

E se, no primeiro momento, até meados da década de 1980, o fenômeno da metropolização nas cidades brasileiras se relacionava com a concentração e a monocentralidade, identificada com o modelo centro-periferia, atualmente a metrópole contemporânea caracteriza-se muito mais pela policentralidade, dispersão e fragmentação. Atualmente, a conurbação ou contiguidade física não constitui a condição essencial para caracterizar a metropolização. Esse fenômeno promove um processo de urbanização extensiva, que se relaciona com o conceito de “urbanização dispersa” (REIS FILHO, 2006) e de “urbanização difusa” (INDOVINA, 1990 e SECCHI, 2004)

O fenômeno da metropolização no Brasil, portanto, pode ser compreendido a partir de dois momentos distintos: a princípio, variando no tempo em função do desenvolvimento urbano de cada cidade brasileira, baseava-se na existência de um centro e uma periferia, configurando uma apropriação específica do território metropolitano, na qual:

O centro concentrava as principais atividades econômicas, públicas ou privadas, as infra-estruturas urbanas e as áreas habitacionais de mais alto nível de renda. A periferia servia para abrigar a massa da população migrante, de baixa renda.<sup>7</sup>

Some-se a esses usos relacionados à habitação a implantação de áreas industriais nas periferias urbanas. De modo geral, esse processo extensivo de metropolização implicou em uma expansão da mancha urbana ao longo dos principais eixos de circulação historicamente constituídos.

---

*a distâncias variáveis, formam-se subúrbios industriais ou de serviços, como os residenciais – as chamadas cidades-dormitórios”* (REIS FILHO, 1971, p. 8).

<sup>5</sup> Outro aspecto relevante que qualifica o princípio do processo de metropolização é a ocorrência da conurbação que consiste na fusão de áreas urbanizadas entre municípios de uma determinada região.

<sup>6</sup> No caso de Fortaleza, essa dinâmica se refere a sua polarização em relação ao Ceará e áreas dos estados vizinhos.

<sup>7</sup> LACERDA, Norma, ZANCHETI, Silvio & DINIZ, Fernando. O Planejamento metropolitano no Brasil: uma proposta de conservação urbana e territorial. 1998. Disponível em: <http://www.urbanconservation.org/textos/panmetro.htm>

Uma segunda fase do processo de metropolização das grandes cidades brasileiras - ainda em curso em várias regiões pode ser identificada a partir do desmantelamento do modelo centro-periferia, caracterizado:

- pelo **processo de verticalização** de áreas residenciais históricas de alta qualidade ambiental, provocada também *“pela migração intraurbana, causada pelo processo de ascensão social e, sobretudo, de busca de símbolos como status, poder e prestígio”*<sup>8</sup>; pelo **surgimento dos condomínios residenciais de alto luxo**, localizados nas margens urbanas, conectados às áreas centrais pelos eixos rodoviários e vias expressas, configurando a *“periferia dos ricos”*; pela **descentralização da atividade industrial**, ao longo dos eixos de penetração à cidade central; pela **valorização e desvalorização crescente de áreas consolidadas e/ou dos vazios urbanos** provenientes das formas de metropolização anterior, alimentados pela especulação imobiliária, remodelando a estrutura intraurbana<sup>9</sup> e *“compondo uma formação metropolitana com vários centros, uma estrutura polinucleada”* (PAIVA, 2005, p. 66); e, conseqüentemente, o **processo de decadência das áreas centrais**<sup>10</sup>.

Entretanto, estas dinâmicas da metrópole moderna, lócus da produção, marcada pela concentração e monocentralidade coexistem com as dinâmicas emergentes da metrópole contemporânea, lócus do consumo, caracterizada pela fragmentação, dispersão e policentralidade, resultando em conflitos, pois *“(…) os problemas urbanos acumulados na metrópole moderna, sobretudo no período de instalação da grande indústria, passam a coexistir com as exigências e as pressões da 'nova etapa' metropolitana”* (MEYER, 2000, p. 4).

Cabe ressaltar que a metropolização se apoia no sistema de transportes e comunicação, que determina as condições de crescimento e, uma vez iniciado o processo, intensifica-se a velocidade de mudanças em toda a região, com transformações significativas.

Por outro lado, o desenvolvimento da metrópole se faz não só pela concentração populacional, mas, sobretudo, pelo dinamismo das atividades. Uma parcela considerável da população de cada um desses polos exerce atividades regulares em um ou mais dos outros polos, estabelecendo uma série de inter-relações entre os municípios, com o intuito de integrá-los, formando uma configuração global maior e mais complexa do que a simples soma de suas partes (REIS, 1996).

Entre as muitas conseqüências do modelo de urbanização brasileiro, a mais expressiva foi talvez o grande crescimento das regiões metropolitanas. Essas cidades, em virtude da sua importância econômica, nacional e regional, passaram a concentrar a geração de postos de trabalho e, conseqüentemente, despontam como áreas receptoras de intensos movimentos migratórios.

---

<sup>8</sup> Idem

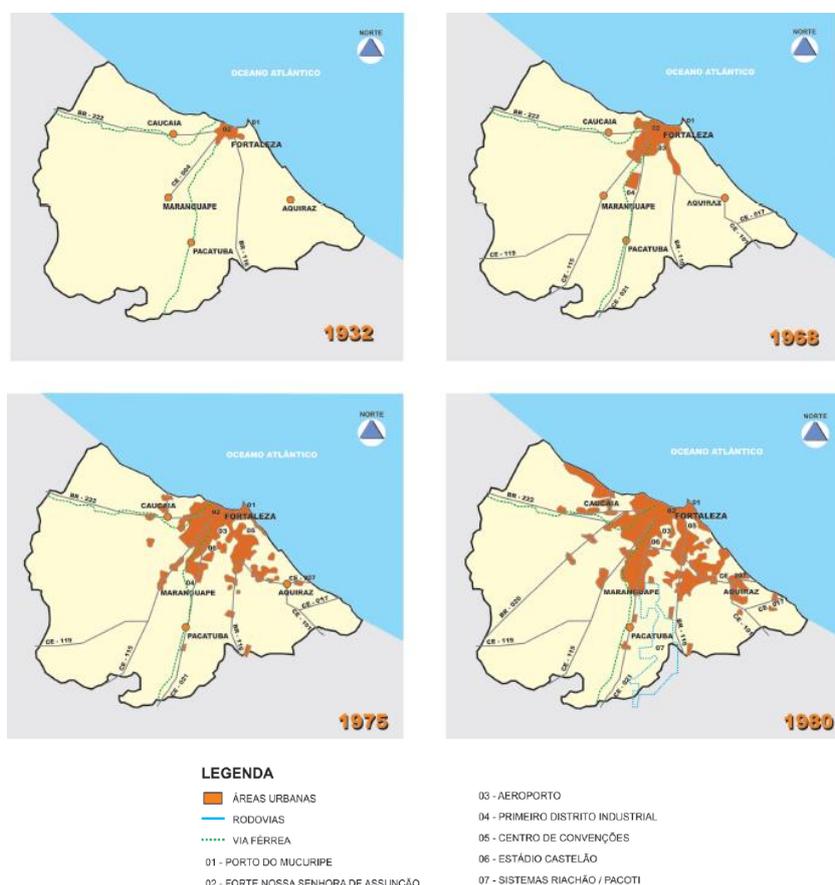
<sup>9</sup> Entendida como *“um todo constituído de elementos que se relacionam entre si, de forma que a alteração de um elemento ou de uma relação altera todos os demais elementos e todas as demais relações”* (VILLAÇA, 1998, p. 12)

<sup>10</sup> O processo de decadência das áreas centrais é um fenômeno comum às várias metrópoles brasileiras e caracteriza-se principalmente: *“(…) pela diminuição do valor da terra urbana, seguida da diminuição de investimentos públicos e privados em infra-estrutura, equipamentos urbanos e manutenção dos espaços públicos, agora transferidos para as “novas centralidades”; pela obsolescência da riqueza construída, tornando-se capital inativo; pela descaracterização do patrimônio edificado em função das adaptações de uso; pela decadência cultural e social, marcada pela destruição dos remanescentes históricos e culturais que conferiam legitimidade à identidade e à memória coletiva; e pela reprodução do quadro de segregação e fragmentação sócio-espacial”* (PAIVA, 2005, p. 69).

## 2. A FASE INICIAL DO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DE FORTALEZA

As repercussões do processo de industrialização no Ceará decorrentes da unificação do mercado nacional, face à industrialização localizada no Sudeste, e o reforço do caráter terciário dos centros urbanos regionais e a implementação das políticas industriais da SUDENE colaboraram para o início do caráter metropolitano de Fortaleza na década de 1970. Os desdobramentos desse processo coincidiram com a oficialização da Região Metropolitana de Fortaleza, antes mesmo que a realidade metropolitana se apresentasse com algo plenamente materializado. Na verdade, no início da década de 1970, apenas se esboçavam algumas tendências de expansão do tecido urbano para além de Fortaleza<sup>11</sup>, representados pela implementação do Distrito Industrial de Maracanaú, seguido da construção de conjuntos habitacionais e pela ocupação de trechos da faixa litorânea dos municípios vizinhos, com o fenômeno das segundas residências para as práticas de veraneio (Figura 1).

Figura 1: Mapa Fortaleza e RMF – Evolução da Mancha Urbana – 1932-1980



Fonte: AUMEF in: PAIVA, 2011

Nesse sentido, é preciso distinguir as especificidades tanto do processo de instituição legal da RMF, como da condição metropolitana de fato no período compreendido entre o início da década de 1970 e fins da década de 1980.

<sup>11</sup> No início da década de 1970, com uma população em torno de 800.00 habitantes, a Cidade ainda mantinha estrutura monocêntrica, iniciando-se nessa época as primeiras manifestações de descentralização.

A RMF foi institucionalizada por decreto conforme a Lei Complementar Federal Nº 14/73 no contexto das políticas urbanas da ditadura militar contidas nas macrodiretrizes da política urbana nacional, com o objetivo de consolidar as Regiões Metropolitanas brasileiras consoantes à necessidade de fortalecimento e desenvolvimento econômico pretendidos, adotando a criação de polos de desenvolvimento via industrialização.

No entanto, a condição legal do aglomerado urbano não correspondia à realidade socioespacial metropolitana. A conurbação urbana característica típica do processo de metropolização à época apenas se esboçava, face à rarefeita integração dos municípios e a hegemonia absoluta de Fortaleza no controle dos processos sociais (econômicos, políticos e cultural-ideológicos). Inferindo nesta realidade, conforme a síntese das Diretrizes para a Consolidação da Região Metropolitana de Fortaleza (AUMEF, 1976, p. 08),

(...) a intenção do Governo Federal ao criar a RMF foi antecipar a implantação de um Sistema de Planejamento Metropolitano, onde o poder público tivesse condições de exercer uma ação preventiva e orientadora na região, através da qual os efeitos negativos de um processo acelerado de ocupação do território metropolitano fossem minimizados, e suas potencialidades econômicas melhor destacadas.

O Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (PLANDIRF-1970-71) constituiu a gênese da abordagem da dimensão metropolitana de Fortaleza. Esse plano forneceu os subsídios para delimitação da RMF e das ações necessárias à gestão metropolitana. Nesse contexto, foi criado pelo Governo do Estado, em consonância com as diretrizes da Lei Complementar 14/73, a Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza – AUMEF<sup>12</sup>, uma entidade metropolitana responsável pelo planejamento de ações que favorecessem o desenvolvimento urbano em sintonia com a dinamização econômica da região. A atuação da autarquia foi limitada e as estratégias propostas não se concretizaram. Destacam-se as obras viárias realizadas, tais como a construção do anel viário, interligando todas as vias de penetração de Fortaleza e o alargamento das BRs de acesso à Fortaleza (116 e 222).

À época de sua criação, a RMF era composta pelos municípios de Fortaleza, Aquiraz, Pacatuba, Caucaia e Maranguape. Até meados da década de 1980, foram acrescidos outros municípios em função de desmembramentos sucessivos, a partir da emancipação político-administrativa de alguns distritos, como foi o caso de Maracanaú em relação à Maranguape, em 1983; de Guaiúba em relação à Pacatuba e do Eusébio em relação ao Aquiraz, ambos em 1986.

Na capital cearense, as questões urbanas agravavam-se, evidenciando-se expressivo déficit de infraestrutura, equipamentos e serviços nos setores de saneamento básico, habitação, saúde e educação, revelando diferenças estruturais que só aumentaram o quadro de desigualdades.

No período em questão, a metropolização se insinua em função de alguns fatores fundamentais, como os impactos das políticas industriais da SUDENE e da industrialização brasileira em geral; a construção de conjuntos habitacionais e o crescimento da periferia urbana com habitações precárias; a ocupação de trechos da faixa litorânea dos municípios

---

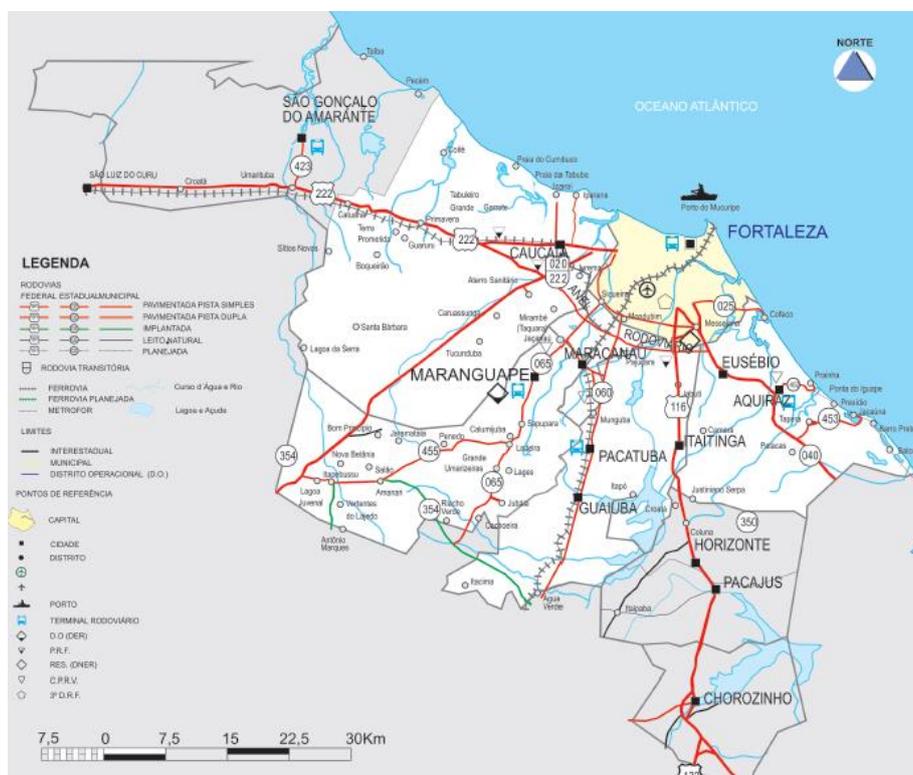
<sup>12</sup> Os objetivos propostos na Síntese das Diretrizes para a Consolidação da Região Metropolitana de Fortaleza (AUMEF, 1976, p. 09-10) compreendiam: *“atualização e complementação do diagnóstico elaborado pelo PLANDIRF; formulação de políticas, programas e projetos setoriais para implementação na Região no período de 1976-79; Proposição de mecanismos institucionais que venham a garantir a consolidação efetiva da RMF através da implantação dos programas e projetos propostos para a mesma.”* O objetivo principal exposto no documento pretendia *“atuar como instrumento do Sistema Estadual de Planejamento, a nível micro-regional, no processo de identificação das potencialidades da RMF e formulação de diretrizes, programas e projetos capazes de fortalecer a base econômica da metrópole.”*

vizinhos com segundas residências; e a ratificação de Fortaleza como polo urbano regional com repercussões na sua fisionomia intraurbana.

A rede viária, de herança histórica, e os acréscimos sucessivos na infraestrutura, que inclui o sistema ferroviário, rodoviário e o porto, constituem os principais elementos responsáveis pelo desenvolvimento da estrutura metropolitana (Figura 2).

A configuração da metrópole se confunde mesmo com a estrutura viária (ferroviário, rodoviário e portuário) e com os fluxos gerados pela dinâmica econômica e populacional, que redimensionam continuamente os usos e funções das indústrias, do comércio e serviços, da habitação, entre outras funções urbanas.

Figura 2: Mapa RMF – Sistema Viário - Década de 1980



Fonte: DER/AUMEF (1988) in: PAIVA, 2011

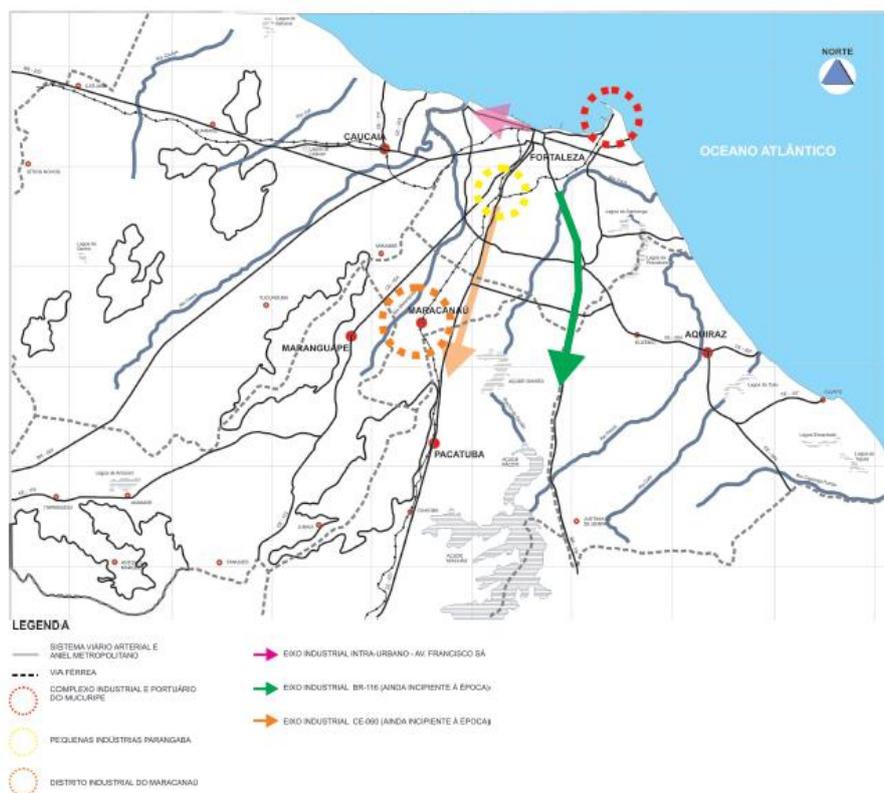
Com relação às grandes obras realizadas no período, destacam-se a abertura da av. Beira Mar (1963), que favoreceu a ocupação e utilização da orla marítima da Capital, a construção do Palácio da Abolição (1970), do Centro de Convenções (1974), a reforma do Aeroporto (1975), a construção do Terminal Rodoviário (1976), além da modernização do Porto do Mucuripe e da pavimentação das rodovias BR 116 e BR 020. Esse conjunto de obras teve forte impacto na paisagem urbana fortalezense e marcou o início das transformações da Cidade, evidenciando indícios de metropolização, que então se anunciava.

Em relação aos primeiros impulsos de industrialização no território metropolitano, os incentivos fiscais da SUDENE tiveram um efeito limitado. Embora tenha sido criado o Distrito Industrial de Fortaleza, implantado em Maracanaú, percebe-se que a Capital ainda concentrava a maioria dos investimentos.

Em suma, a industrialização não gerou os efeitos esperados, permanecendo os baixos níveis de renda da população e expandindo-se o subemprego, seja no setor de pequenos serviços. Seja no setor tradicional do artesanato e de micro-empresas. Apesar disso, a industrialização concorreu para a expansão dos setores econômicos como um todo na RMF (AUMEF, 1988, p. 20).

A industrialização se espacializou (Figura 3) de forma rarefeita no Distrito Industrial, na implantação de indústrias no polo já existente da Francisco Sá, nas proximidades do porto do Mucuripe e no bairro de Parangaba, que concentrou principalmente pequenas empresas, muitas delas de confecção.

Figura 3: Mapa RMF – Dinâmica Industrial - Década de 1980



Fonte: AUMEF in: PAIVA, 2011

O Distrito Industrial de Fortaleza, localizado em Maracanaú<sup>13</sup>, constitui a primeira área industrial planejada da RMF, concebida no contexto da política industrial da SUDENE. O polo industrial impulsionou sobremaneira a urbanização do município e a aceleração da metropolização, principalmente através da construção de vários conjuntos habitacionais nas proximidades.

A extrapolação da expansão econômica e urbana da capital sobre os municípios vizinhos contribuiu em grande parte para a metropolização, embora se constatasse a supremacia

<sup>13</sup> “Atualmente, 16,5 mil pessoas trabalham diretamente nas 100 empresas instaladas nos três Distritos Industriais de Maracanaú (DIF 1, DIF III e DI 2000), sendo que 15 mil estão alocadas nas 75 indústrias do primeiro polo implantado no Ceará. Dessa mão-de-obra, 50% moram em Maracanaú ou nos conjuntos habitacionais que circundam a zona industrial.

O DI ocupa hoje uma área de 1.100 hectares, o que corresponde a 12,35% da área do município e é responsável por 10% do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) arrecadado no Estado do Ceará”. (FIEC)

absoluta de Fortaleza sobre os demais municípios, que apresentavam um estágio de desenvolvimento urbano muito incipiente. Essa extrapolação se revelava principalmente no que se refere à oferta de habitação para as classes menos favorecidas e pela ocupação de áreas por loteamentos, habitações precárias e favelas na periferia da capital.

Além disso, destaca-se a construção de conjuntos habitacionais, sendo os maiores implantados nos limites do município de Fortaleza, como foi o caso do Conjunto Habitacional Prefeito José Walter (1973), as quatro etapas do Conjunto Ceará (1977 – 1980), Conjunto Esperança (1981), Acaracuzinho (1982) e Timbó (1983).

Entre os construídos nos municípios da RMF, destacam-se os construídos em Maracanaú, (Distrito Industrial I e II - 1978 e Jereissati I e II) e em Caucaia (Metrópole, Nova Metrópole e Araturi). Em função da instalação desses grandes conjuntos habitacionais, a área de maior *continuum* urbano verificado na Metrópole se verifica entre Fortaleza e os municípios de Caucaia e Maracanaú.

Outro território privilegiado para expansão dos loteamentos e parcelamentos foram alguns núcleos litorâneos originados de vilas de pescadores dos municípios de Caucaia e Aquiraz, em função da valorização do mar e da emergência das práticas de veraneio. Esse fenômeno não foi exclusivo dos municípios da RMF, mas ocorreu também em muitos núcleos litorâneos do Ceará.

Esse período coincide com o fenômeno da construção das residências de veraneio (ou segundas residências), que propiciou a ocupação de parte do litoral cearense, formando núcleos litorâneos<sup>14</sup>, sobretudo nos municípios vizinhos. A construção do 4º Anel Viário<sup>15</sup>, via que interliga as BRs 116, 020 e 222, foi uma realização importante na época, concebida com o propósito de disciplinar a expansão da Metrópole em direção aos municípios que compõem a RMF e facilitar a ligação entre as vias radiais, sem passar pela área central de Fortaleza.

Entretanto, é importante salientar que o sistema viário metropolitano até então não favorecia uma conexão direta entre Fortaleza e as áreas de ocupação de segunda residência na faixa litorânea dos municípios de Aquiraz e Caucaia, sendo o acesso intermediado pelas vias que conduziam as sedes municipais e distritais e, destas, partiam rodovias estaduais ou municipais mais precárias. Essa realidade resultou numa descontinuidade na área urbanizada no litoral, que se intercalava com grandes vazios e com as barreiras naturais.

De acordo com os dados do Censo de 1970 e 1980, a população de Fortaleza representava 82,8% da RMF, revelando o exacerbado desequilíbrio demográfico, espacial, econômico, social e de infraestrutura entre Fortaleza e os demais municípios da RMF. Essa realidade se insere no primeiro momento de metropolização verificado no Brasil, marcado pelo modelo centro-periferia.

Desde o início do processo Fortaleza se sobressaía em função da influência e atração que exercia no Ceará e em outros centros dos estados vizinhos do Rio Grande do Norte, Piauí e

---

<sup>14</sup> Na década de 1970-1980 e na seguinte, surgiram vários loteamentos que se prestavam à construção de residências de veraneio nos núcleos litorâneos do Icarai, Pacheco e Cumbuco (no Município de Caucaia, litoral oeste) e Prainha, Iguape, Presídio e Barro Preto (no Município de Aquiraz, litoral leste), induzindo a ocupação da orla marítima e ampliando o espaço urbanizado da Metrópole.

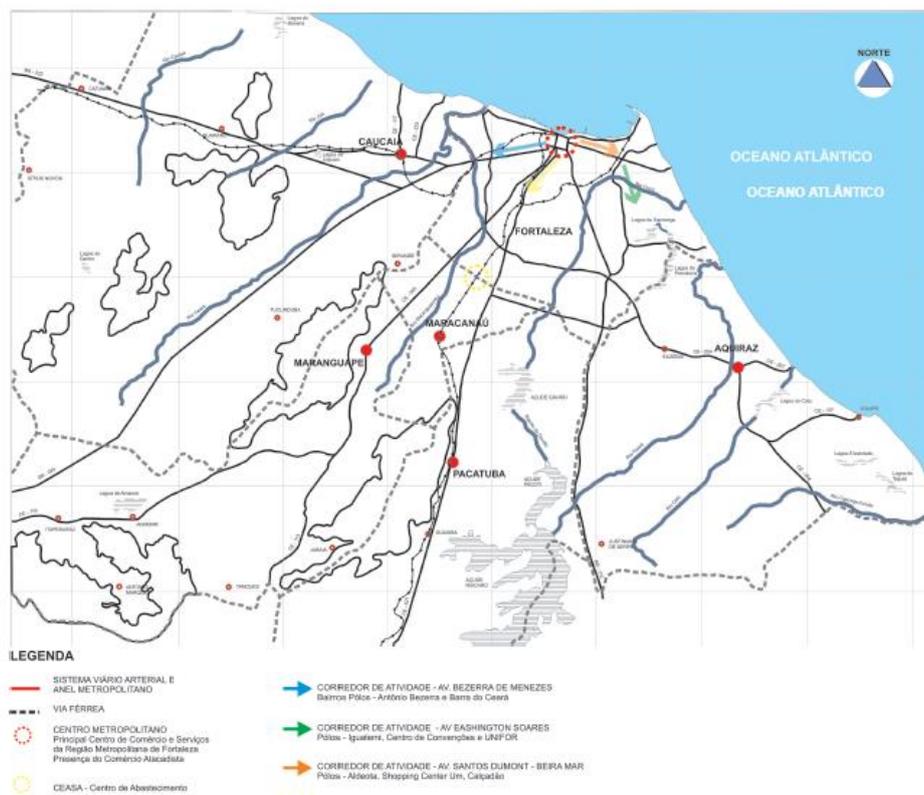
<sup>15</sup> A concepção do 4º Anel Viário já havia sido prevista pelo PLANFIRF, em 1972, como forma de melhor integrar os diversos municípios da RMF.

Maranhão<sup>16</sup>. Esse acúmulo de funções administrativas, terciárias, industriais, portuárias e financeiras contribuiu para consolidar Fortaleza como uma importante metrópole regional.

No início da década de 1980, alguns fatores cooperaram para alterar a dinâmica urbana de Fortaleza, como a expansão da malha urbana, o início do processo de verticalização e o princípio do enfraquecimento das funções do Centro, como lugar de concentração de comércio, serviços e lazer da totalidade da população (Figura 4).

Esse início de descentralização se expressa no surgimento de uma nova área de centralidade localizada no bairro da Aldeota e tem como marco a construção do Shopping Center Um em 1974, que pontuou a tendência do bairro em concentrar lojas, escritórios e bancos, juntamente com o bairro do Meireles junto à orla.

Figura 4: Mapa RMF – Dinâmica Terciário - Década de 1980



Fonte: AUMEF in: PAIVA, 2011

A descentralização das funções urbanas em Fortaleza foi impactada pela construção de outro importante *shopping* (Iguatemi) no início da década de 1980 e pelo desenvolvimento dos corredores de atividades e subcentros.

Essa reestruturação das funções urbanas (habitação, comércio, serviços) na Cidade revela o processo de urbanização desigual marcado pela segregação socioespacial, confirmando as diferenças entre a zona leste e a sudeste, espaço privilegiado das classes mais abastadas, o

<sup>16</sup> A RMF, através principalmente de Fortaleza, polarizou diversas atividades devido à oferta de atividades terciárias (comércio e serviços), industriais e financeiras, em comparação as capitais dos Estados vizinhos.

Centro (principal polo de comércio e serviços) e as demais zonas voltadas para as classes menos favorecidas.

A análise dos processos socioespaciais da RMF demonstra que a condição legal não correspondia à realidade metropolitana. Isso, no entanto, não significa uma negação do caráter metropolitano de Fortaleza à época, uma vez que até o fim da década de 1980 se consolidaram importantes dinâmicas que repercutiram na estruturação metropolitana atual e que se vincularam aos novos impulsos dados à configuração da RMF, suscitados pelas transformações contemporâneas no plano global e a tentativa de ajuste por parte do Ceará a esta nova realidade.

A criação da RMF é questionada por alguns estudiosos da Cidade, quando se argumenta que não estaria ainda plenamente constituída uma Região Metropolitana<sup>17</sup>, portanto, não justificava a força de um decreto nesse sentido. De acordo com Amora (1999, p. 35), "Fortaleza não se enquadrava rigorosamente na definição de metrópole, nem se constituía uma área metropolitana no sentido genérico desse conceito". Silva e Dantas, em documento produzido pelo Observatório das Metrôpoles também assinalam que "no que tange à realidade socioespacial, sua institucionalização deu-se antes da manifestação do processo de metropolização" (SILVA & DANTAS, 2009, p. 21).

Embora não se constatasse, de fato, uma realidade socioespacial metropolitana e apenas se esboçassem tendências de expansão do tecido urbano ultrapassando o município de Fortaleza, já era reconhecida naquele momento, a existência de uma aglomeração urbana expressiva, que revelava sua grande área de influência, determinada principalmente pelo intenso fluxo migratório do interior para a Capital.

### 3. A METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA: HÍBRIDA E DESIGUAL

De modo geral, o processo de metropolização contemporânea de Fortaleza decorre dos impactos do da reestruturação socioespacial do Ceará na RMF, em que atuam:

- os desdobramentos dos fatores que contribuíram para o início do processo de metropolização, como a implementação das políticas industriais da SUDENE e a unificação do mercado nacional via industrialização;
- as políticas industriais contemporâneas, no contexto da "guerra fiscal";
- o incremento do setor terciário, com destaque para os impactos das políticas e ações direcionadas para a fluidez da atividade turística, com rebatimento no setor imobiliário;
- o papel de controle de Fortaleza em relação à sua área de influência.

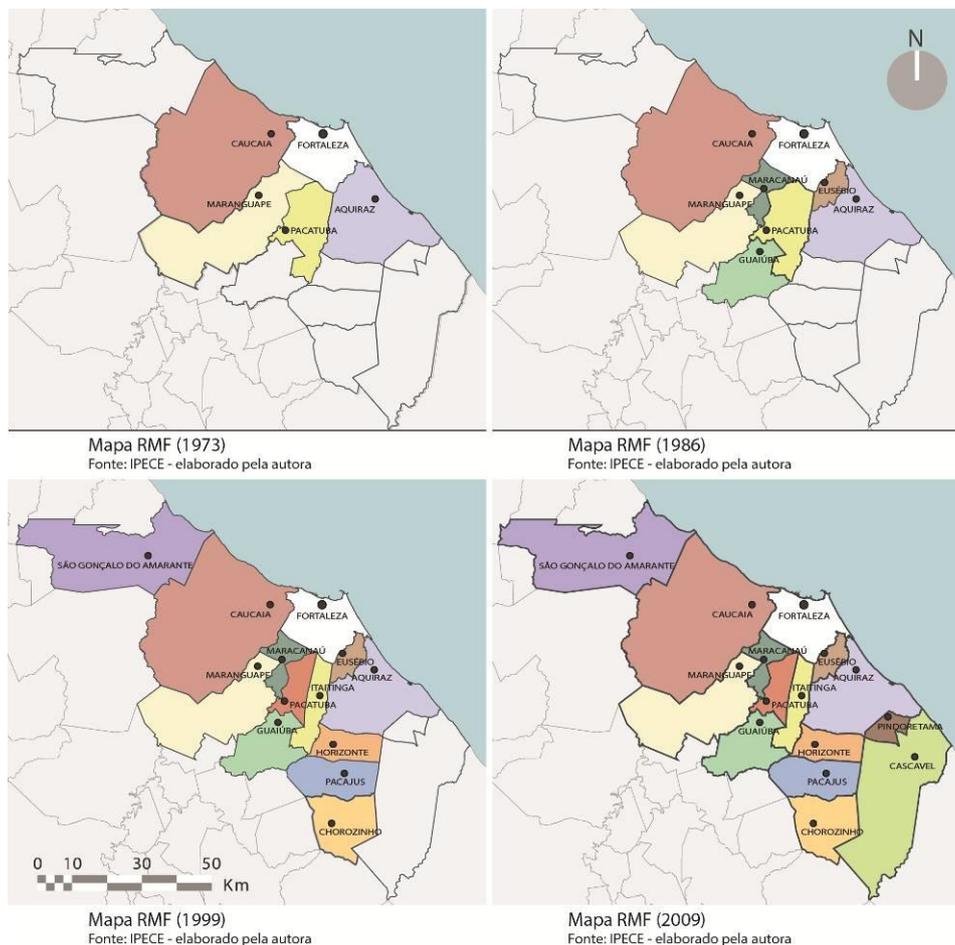
As consequências dessas dinâmicas repercutiram na expansão e organização da RMF, identificados com a segunda fase do processo de metropolização no Brasil, como já foi assinalado<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> Segundo relatório da AUMEF (1976), o objetivo do Governo federal com a criação das regiões metropolitanas foi antecipar a implantação de um sistema de Planejamento Metropolitano de modo a exercer uma ação preventiva e orientadora na região e minimizar os efeitos negativos de um processo acelerado de ocupação do território.

<sup>18</sup> Pela intensa verticalização de áreas com maior qualidade ambiental urbana; pela periferia dos ricos, através do surgimento de condomínios fechados nas bordas da metrópole e nos municípios vizinhos; pela relativa

A atual configuração foi se definindo em função primeiramente dos desmembramentos dos municípios, como foi o caso dos já citados, como Maracanaú, Guaiúba e Eusébio até 1986 e mais recentemente a emancipação de Itaitinga em relação à Pacatuba em 1991, não provocando um aumento em área do território metropolitano (Figura 5).

Figura 5: RMF – Evolução Territorial – 1973-2009



Fonte: IPECE in: DIÓGENES, 2012

O segundo processo que redefiniu a configuração da RMF e implicou em seu crescimento físico consiste na incorporação de novos municípios ao conjunto dos municípios existentes, como foi o caso de Horizonte, Pacajus e Chorozinho<sup>19</sup>, justificada pela expansão da dinâmica industrial ao longo da BR-116 e São Gonçalo do Amarante, no contexto da construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, conforme Lei Complementar Estadual 18/1999. Em 2009, foram incorporados mais dois municípios: Pindoretama e Cascavel, conforme a Lei

descentralização industrial; pelo crescimento de áreas de habitação precária e ocupação de áreas de risco; pela valorização e desvalorização crescente de áreas consolidadas e/ou vazios urbanos; pela decadência do centro principal; e pela tendência a uma polinucleação no interior da MetrÓpole.

<sup>19</sup> Horizonte e Chorozinho eram distritos de Pacajus e foram emancipados em 1987.

Complementar 78/2009, motivado por questões políticas<sup>20</sup>. A evolução política administrativa da RMF pode ser visualizada na Tabela 1:

Tabela 1: Evolução político-administrativa da Região Metropolitana de Fortaleza - 1973-2009

Especificação	1973	1986	1991	1999	2000	2007	2009
Número de municípios	05	06	08	13	13	13	15
Número de distritos	32	34	64	73	73	73	84

Fonte: IBGE/IPECE

No caso de Fortaleza, é importante destacar que o modelo de metropolização centro-periferia coexiste com as novas dinâmicas metropolitanas (Figura 6). Nesse sentido, verifica-se um processo contínuo de ajuste das funções urbanas na Região Metropolitana de Fortaleza.

Figura 6: Mapa RMF - Sistema Viário 2008



Fonte: DER in: PAIVA, 2011

A partir da década de 1990, outros aspectos justificam a expansão metropolitana e a integração física e funcional: os novos eixos de desenvolvimento industrial; a integração metropolitana via orla marítima; a transformação de terra rural em urbana; as novas dinâmicas habitacionais e imobiliárias; a emergência de novas tipologias de turismo e lazer e a decadência do centro de Fortaleza<sup>21</sup>.

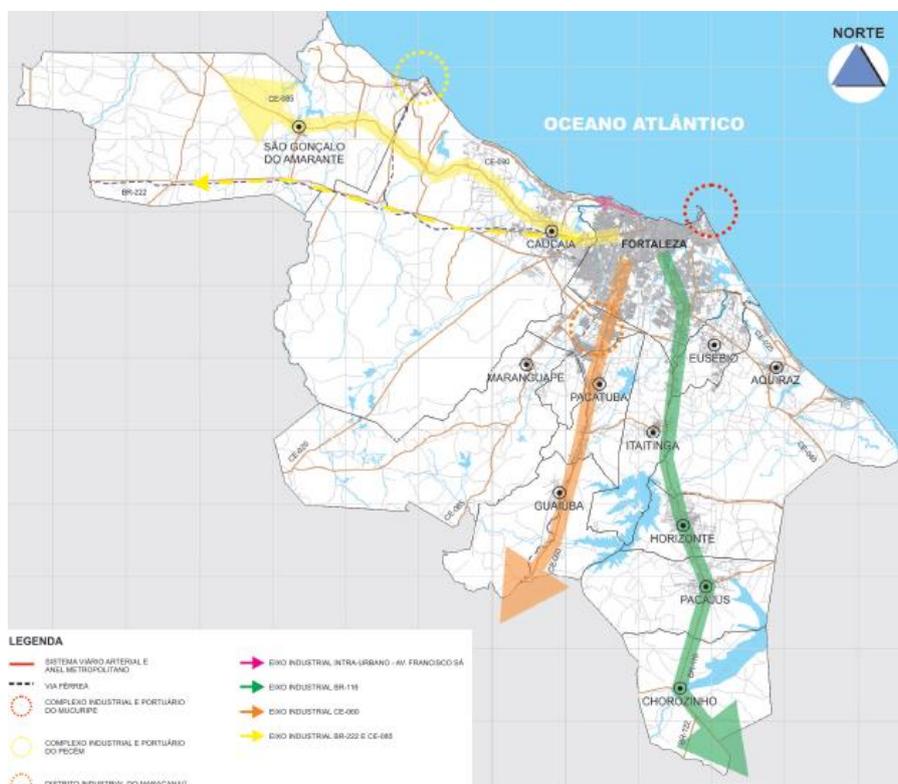
<sup>20</sup> Os municípios de Pindoretama e Cascavel localizam-se nos limites do município de Aquiraz, mas somente o município de Cascavel possui faixa litorânea.

<sup>21</sup> As transformações no centro de Fortaleza constituem um dos principais sintomas do processo de refuncionalização socioespacial da Metrôpole, que apesar da diversidade de usos que encerra se direciona e se

As estratégias políticas do Governo local priorizaram as políticas que elegeram a indústria e o turismo como indutores do crescimento econômico<sup>22</sup>. Essas ações provocaram um forte incremento do fluxo turístico dirigido para o Estado e para a Capital, convertendo o Ceará, nos últimos anos, em polo receptor de grande fluxo turístico. Essa atividade assumiu papel de destaque na economia cearense e prospera como grande fonte de geração de emprego e renda para a região.

No que se refere ao desenvolvimento industrial do Estado, o Governo cearense oferece incentivos fiscais<sup>23</sup> e financeiros para atrair indústrias de outros estados. Foram criados os polos industriais de Horizonte e Pacajus, que passaram, a partir de 1999, a integrar a RMF. A expansão metropolitana é visível ao longo da BR 116, junto às indústrias aí localizadas, que atraem grande parte da população (Figura 7).

Figura 7: Mapa RMF – Dinâmica Industrial



Fonte: PAIVA, 2013 p. 166

A política de expansão da indústria e do turismo cearenses desde o final dos anos 1980 se ampara em investimentos importantes em infraestrutura e grandes obras, como é o caso do

especializa no atendimento às demandas da periferia. Ao Centro ainda compete o papel de articulação do território metropolitano, uma vez que materializa os vários tempos da Metrópole, perceptíveis na confluência da estrutura metropolitana em sua direção, além da sua significância cultural.

<sup>22</sup> “A dinamização das atividades turísticas, da indústria da construção civil e das atividades especulativas, propiciada pela nova modalidade de gestão pública, introduziu elementos modernos, alterando o conteúdo da urbanização” (ACCIOLY, 2008, p.3).

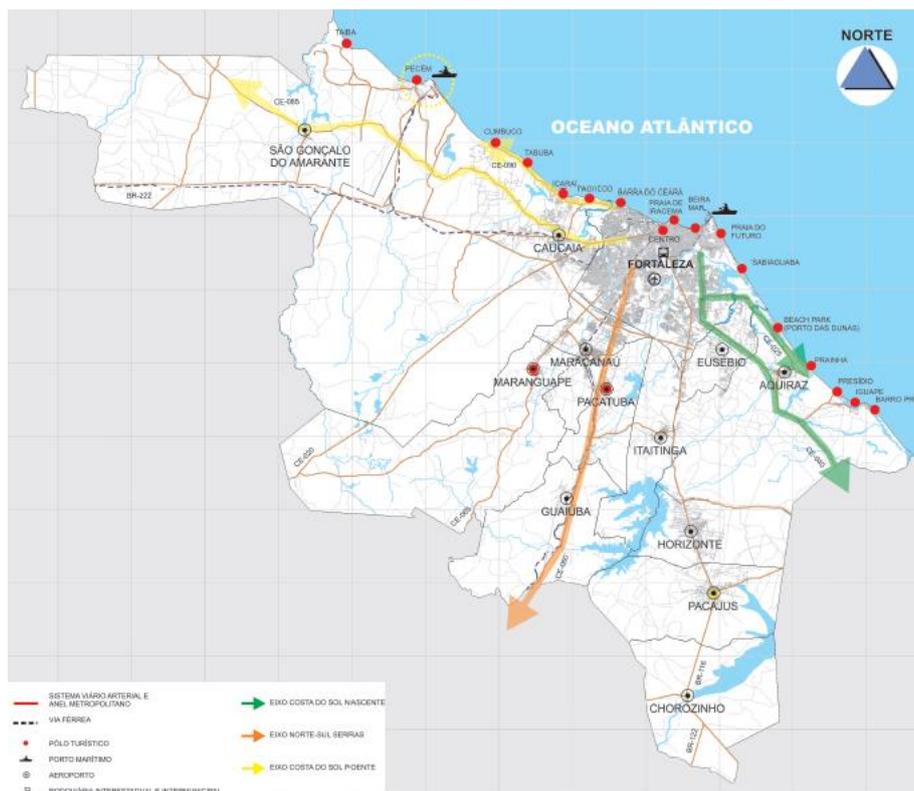
<sup>23</sup> Os incentivos fiscais e financeiros, que constituem algumas das “facilidades” fornecidas pelo Estado, ao lado da oferta de infraestrutura e mão de obra barata, são conhecidos por “guerra fiscal”, tida como estratégia de atração de capitais privados.

Metrofor – metrô de Fortaleza (com investimento de 290 milhões de dólares e ainda não concluído), a construção da usina eólica em Aquiraz (1999), do Açude do Castanhão e do Canal do Trabalhador (1993), do novo aeroporto, inaugurado em 1998, do Complexo Industrial-Portuário do Pecém (2001), no Município de S. Gonçalo do Amarante, e da ampliação do sistema viário da Região Metropolitana, principalmente os grandes corredores de acesso às zonas de praia<sup>24</sup>.

A implementação do CIPP, na divisa entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, constitui uma das infraestruturas mais impactantes no território metropolitano. Embora as atividades industriais do complexo não estejam consolidadas, as atividades portuárias em operação e a infraestrutura de apoio já fazem do Porto do Pecém um dos principais polos de desenvolvimento contemporâneo da RMF.

Uma tendência em curso mostra que a expansão metropolitana e, conseqüentemente, a estruturação da RMF ocorre em função da dinâmica dos fluxos turísticos e imobiliários e na faixa litorânea (Figura 8), contrariando o “padrão periférico”, uma vez que a produção, o uso e a apropriação destes espaços são diferenciados, por se voltar para uma população de maior poder aquisitivo e para os turistas.

Figura 8: Mapa RMF – Dinâmica do Turismo



Fonte: PAIVA, 2011 p. 189

<sup>24</sup> A ampliação do sistema viário e conseqüente melhoria na acessibilidade à orla marítima dos municípios litorâneos da RMF provocaram um incremento da atividade turística, o que influenciou sobremaneira na estruturação e expansão metropolitana.

Outro componente que pode ser destacado na estruturação metropolitana contemporânea diz respeito à transposição das barreiras naturais, principalmente nas fozes dos rios que cortam a RMF e definem inclusive os limites dos municípios, como foi o caso da integração entre Fortaleza e Caucaia, com a ponte sobre o Rio Ceará e Fortaleza e Aquiraz, com a ponte sobre o Rio Pacoti, confirmando uma tendência de expansão metropolitana na faixa litorânea, fato novo no processo de metropolização de Fortaleza.

No início do século XXI, Fortaleza consolida-se como metrópole nacional, exercendo influência em espaço significativo do Nordeste. A Capital torna-se a quinta maior concentração urbana do País e vem mantendo a posição de líder no crescimento demográfico do conjunto metropolitano nordestino. A Região Metropolitana abrange atualmente 15 municípios e demonstra significativo acréscimo populacional, contando com aproximadamente 3.600.000 habitantes.

A escolha de Fortaleza, no ano de 2010, como uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 foi pretexto para uma agenda de modificações a serem efetuadas na Cidade, com obras de infraestrutura de grande porte, como reforma de estádios e construção de centros de treinamento, reforma e ampliação do aeroporto<sup>25</sup>, projetos de incentivo ao turismo, saneamento básico, energia, saúde e segurança, além de projetos de mobilidade urbana: trânsito, transporte e circulação. Segundo o plano de investimentos divulgado pelo Governo do Estado, as ações, no total, envolvem recursos da ordem de R\$ 9,4 bilhões.

Outras obras estão atualmente em andamento na Capital e na RMF, como a ampliação do porto do Mucuripe, do Acquario<sup>26</sup>, a urbanização da av. Beira Mar, o Projeto Maranguapinho<sup>27</sup>, a construção do VLT – veículo leve sobre trilhos, a duplicação da CE 025 e do 4º Anel Viário. Com a concretização de todas as obras previstas, a Metrópole deverá ganhar, em determinados aspectos, uma nova feição e mudanças significativas na sua forma e estrutura urbana.

Em distintos pontos da área metropolitana, atualmente, percebe-se um expressivo incremento do setor imobiliário, de que participam investidores da região sudeste na construção civil. A verticalização se acentua e a Cidade se expande na direção sudeste, por força do surgimento de inúmeros condomínios fechados junto à CE 040, via que dá acesso ao litoral leste, onde se concentra a maioria dos equipamentos turísticos. Em consequência desse processo, surgem novas áreas de centralidade. Por outro lado, a periferação se expande com habitações precárias e muitas vezes localizadas em zonas de risco.

O quadro urbano atual revelado pela Metrópole cearense aponta para um centro urbano em expansão, extremamente dinâmico, que se consolida como polo nacional, porém evidenciando aspectos bastante contraditórios em seu conjunto. Ao mesmo tempo em que apresenta uma

---

<sup>25</sup> A reforma do aeroporto, prevista para o final de 2013, mas ainda não concluída, prevê a ampliação da sua capacidade para 9 milhões de passageiros por ano (atualmente recebe 6,2 milhões). A área do terminal passará de 38,5 mil m<sup>2</sup> para 117,6 mil m<sup>2</sup> (Dados da Infraero).

<sup>26</sup> A construção do Acquário, com obras recém-iniciadas, faz parte do Projeto de Revitalização da Praia de Iracema. Trata-se de um projeto polêmico, por seu alto custo, seu aspecto formal e dimensões gigantescas, concebido por iniciativa do Governo do estado, com o propósito de constituir um equipamento com fins educacionais e científicos, e com objetivos turísticos.

<sup>27</sup> Segundo informações disponíveis no site da Secretaria das Cidades, “o Projeto Rio Maranguapinho é a maior intervenção urbana do Ceará e irá beneficiar cerca de 350 mil pessoas de Fortaleza e Região Metropolitana”. Estão sendo executadas obras de dragagem, construção de conjuntos habitacionais, urbanização das margens do rio e barragem de contenção de cheias para evitar alagamentos.



“face” moderna, capaz de atrair os capitais privados, agravam-se os problemas, dentre os quais se sobressai a segregação socioespacial (as áreas valorizadas se expandem enquanto cresce em proporção maior o número de favelas e ocupações em áreas precárias) (DIÓGENES, 2012).

O papel polarizador de Fortaleza induziu um desenvolvimento desequilibrado e heterogêneo das funções socioespaciais, justificando em grande parte a descontinuidade e a fragmentação espacial. Embora se verifiquem dinâmicas de expansão e consolidação da RMF, sobretudo ao longo dos eixos viários, é fato que as transformações continuam sendo presididas pela Capital, impossibilitando um desenvolvimento socioespacial e integrado dos outros municípios, colaborando para acentuar a macrocefalia urbana de Fortaleza.

A gestão metropolitana tem sido o maior impasse na articulação de ações para atender às demandas econômicas, políticas e culturais no âmbito da MetrÓpole. Esse fato se deve à autonomia crescente dos municípios, reforçada pela Constituição de 1988, pelo Estatuto da Cidade e pela ausência de uma esfera pública administrativa intermediária, capaz de transcender os impasses e interesses político-partidários dos poderes municipais.

Para Silva (2007, p. 107) *“a região ressent-se de uma agenda metropolitana contendo medidas de superação da fragmentação imposta pela gestão local muitas vezes isolada dos interesses do conjunto de municípios”*.

As transformações por que tem passado a RMF na atualidade são provenientes de ações muito mais efetivas do *“Governo do Estado”*, concebidas em escala regional (o Ceará), mas com impactos concentrados na RMF. Mesmo o município de Fortaleza, que possui um nível de administração mais consolidado em relação aos demais municípios da RMF, não tem sido capaz de gerenciar um desenvolvimento mais integrado da RMF.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Em síntese, o processo contemporâneo de metropolização de Fortaleza, tem sido condicionado e condicionante de uma pluralidade de práticas sociais, ratificando o seu caráter híbrido, como resultado de:

- práticas econômicas - representadas pelos impactos dos ciclos históricos e atualmente pela inserção periférica do Ceará na produção e consumo globalizados, por intermédio do incremento de três setores da economia, com ênfase para duas atividades estratégicas: a indústria e o turismo, concentradas na RMF, que centraliza o comando, os investimentos e os fluxos da produção, da distribuição e do consumo;
- práticas políticas – representadas pelo papel preponderante do Estado em ações, políticas e aparatos ideológicos, favorecendo a penetração do capital (nacional e internacional) em consonância com o neoliberalismo e com os interesses hegemônicos da elite local, sendo a MetrÓpole o lugar por excelência de materialização destas práticas, em função de ser o principal alvo das políticas e por sediar o poder político-administrativo;
- práticas cultural-ideológicas – representadas pela tentativa de reverter a imagem negativa ligada à natureza tirana em um “paraíso tropical turístico”, sendo a MetrÓpole sintetizadora dessas imagens, além da suposta modernidade dos governos que se pretende realçar.



Estas discussões têm sido objeto de estudo de teses e projetos de pesquisas desenvolvidos no âmbito do LoCAU-UFC (Laboratório de Crítica em Arquitetura, Urbanismo e Urbanização do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC) e constituem um dos lastros da Linha de Pesquisa "Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e da Urbanização" no contexto da emergência do PPG-AU+D|UFC (Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da UFC) em processo de submissão na CAPES.

A caracterização da configuração e da problemática da Região Metropolitana de Fortaleza conduz a uma reflexão acadêmica para que se possa atentar para uma necessária tomada de consciência, problematização e produção de conhecimento sobre a complexidade do quadro urbano contemporâneo.

### AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, que concedeu auxílio financeiro para a pesquisa Turismo e Arquitetura na RMF (2013-2014), desenvolvido no LoCAU (Laboratório de Crítica em Arquitetura, Urbanismo e Urbanização da UFC).

### REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, Vera Mamede. Planejamento, Planos Diretores e expansão urbana – Fortaleza 1960-1992. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). UFBA, Salvador, 2008.
- AMORA, Z. B. "Indústria e espaço no Ceará". In: SILVA, J. B. (org.). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.
- AUMEF (Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza). *Síntese das Diretrizes para a Consolidação da Região Metropolitana de Fortaleza (Versão Preliminar)*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará – Secretaria de Planejamento e Coordenação, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Plano de Estruturação Metropolitana*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 1988. CASTELLS, 1999
- BERNAL, Cleide. *A metrópole emergente. Ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza*. UFC/Banco do Nordeste, Fortaleza, 2004
- CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- DI MÉO, Guy. Introdução ao debate sobre a metropolização. In *Confins [Online]*, n. 4, 2008 <http://confins.revues.org/5433>. Acesso em 04 set 2010. INDOVINA, 1990
- DIÓGENES, Beatriz H. N. *Dinâmicas urbanas recentes da área metropolitana de Fortaleza*. (Tese) Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. FAUUSP, São Paulo, 2012.
- INDOVINA, Francesco. *La città diffusa*. Venezia: Daest, 1990.
- LACERDA, Norma, ZANCHETI, Silvio & DINIZ, Fernando. *O Planejamento metropolitano no Brasil: uma proposta de conservação urbana e territorial*. 1998. Disponível em: <http://www.urbanconservation.org/textos/panmetro.htm>
- MEYER, Regina Maria P. Atributos da Metrópole Moderna. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 3-9, 2000.
- MEYER, Regina; GROSTEIN, Marta Dora & BIDERMAN, Ciro. *São Paulo Metrópole*. Edusp/Imprensa Oficial, São Paulo, 2004.



PAIVA, Ricardo Alexandre. *Entre o Mar e o Sertão: Paisagem e memória no Centro de Fortaleza*. Dissertação de Mestrado- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. *A metrópole híbrida: o papel do turismo no processo de urbanização da Região Metropolitana de Fortaleza*. 2011. Tese - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PEQUENO, L. R. B. (org) *Como anda Fortaleza*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2009.

REIS, Nestor Goulart. *Metropolização*. Folheto. São Paulo: FAUUSP, 1971.

\_\_\_\_\_. "Notas sobre a organização das Regiões Metropolitanas". *Cadernos LAP n° 12*. São Paulo: FAUUSP, mar-abr 1996.

\_\_\_\_\_. *Notas sobre a urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Editora FAU/LAP, 2006.

SASSEN, Saskia. *Cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SECCHI, Bernardo. Ciudad moderna, ciudad contemporanea y sus futuros. In: RAMOS, Angel Martín. *Lo urbano*. Barcelona: Edicions UPC, 2004.

SILVA, José Borzacchiello. Região Metropolitana de Fortaleza. In: SILVA, J. B.; CAVALCANTI, T. C.; DANTAS, E. W. C.. (Org.). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SILVA, J. B. & DANTAS, E.: "Formação histórica da metrópole principais tendências de desenvolvimento". In: PEQUENO, L. R. B. (org) *Como anda Fortaleza*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2009.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.